GUILHERME JOSÉ PASTANA DE FIGUEIREDO

Comércio Internacional de Serviços Ambientais

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Umberto Celli Junior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

GUILHERME JOSÉ PASTANA DE FIGUEIREDO

Comércio Internacional de Serviços Ambientais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Internacional, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Umberto Celli Junior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Figueiredo, Guilherme José Pastana de
Comércio Internacional de Serviços Ambientais /
Guilherme José Pastana de Figueiredo ; orientador
Umberto Celli Junior -- São Paulo, 2017.
xi, 121 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Internacional) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Comércio Internacional. 2. Serviços Ambientais.
3. Meio Ambiente. I. Celli Junior, Umberto, orient.
II. Título.

RESUMO

Guilherme José Pastana de Figueiredo. Comércio Internacional de Serviços Ambientais. 121 p. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O comércio internacional passou por alterações estruturais significativas nas últimas décadas. Dentre elas podemos destacar uma maior conscientização sobre o impacto do comércio internacional no meio ambiente e a busca por meios de produção mais limpos e eficientes, além de uma melhor percepção da importância dos serviços para a cadeia produtiva e para a economia mundial.

Os últimos anos foram marcados por alguns dos maiores desastres ambientais da história, tais como o vazamento de petróleo no Golfo do México e o rompimento da barragem de Fundão localizada no subdistrito de Bento Rodrigues do Município de Mariana.

Apesar dos avanços, muitos ainda não têm acesso a serviços básicos de fornecimento de água e de coleta de esgoto e parte do lixo urbano diariamente produzido continua sendo despejado em lixões a céu aberto sem qualquer tipo de tratamento, causando todos os tipos de doenças e de impactos ambientais negativos.

No combate a todos esses problemas, o setor de serviços ambientais desempenha um papel de fundamental importância. Além dos tradicionais serviços de saneamento básico, abrange novos serviços que buscam dar uma resposta rápida aos novos desafios (pesquisa de tecnologias mais limpas, remediação de áreas contaminadas etc.).

Surge então o debate sobre o papel da liberalização do comércio internacional como instrumento para o aumento da disponibilidade destes serviços, melhoria da qualidade, redução dos preços e estímulo a soluções inovadoras aos problemas ambientais.

Se, por um lado, a liberalização pode levar a esses benefícios, por outro lado, também encontramos novos riscos. Diversos casos de abertura dos serviços

ambientais para a iniciativa privada resultaram verdadeiros desastres com graves prejuízos para a população e para os governos envolvidos.

Assim, a presente dissertação analisará quais são os fatores que levam ao sucesso das políticas de liberalização do comércio internacional de serviços ambientais e de que forma os acordos internacionais de comércio podem ajudar ou dificultar na realização desses objetivos.

Palavras chave: Comércio Internacional. Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS. Serviços Ambientais. Proteção do Meio Ambiente

ABSTRACT

Guilherme José Pastana de Figueiredo. International Trade in Environmental Services. 121 pages. Master of Laws – University of São Paulo Law School, São Paulo, 2017.

International trade has undergone significant structural changes in recent decades. Among them we can highlight a greater awareness of the impact of international trade on the environment and the search for cleaner and more efficient means of production, as well as a better perception of the importance of services to the productive chain and to the world economy.

Recent years have been marked by some of the greatest environmental disasters in history, such as the oil spill in the Gulf of Mexico and the breaching of the Fundão dam located at Bento Rodrigues, a subdistrict of the Municipality of Mariana.

Despite the progress that has already been achieved, many people still do not have access to basic water supply and sewage services and part of the daily urban waste continues to be deposited in open dumps without having received any kind of treatment, causing all kinds of diseases and negative environmental impacts.

The environmental services sector plays a key role in fighting against all these problems. In addition to traditional basic sanitation services, this sector encompasses new services that seek to respond quickly to new challenges (research of cleaner technologies, remediation of contaminated areas, etc.).

Henceforth the relevance of the debate on the role of international trade liberalization as an instrument for increasing the availability of these services, improving their quality, reducing their prices and stimulating innovative solutions to environmental problems.

If, on the one hand, liberalization can lead to these benefits, on the other hand, it also poses new risks. Many cases of opening up environmental services to

the private sector have resulted in real disasters that have seriously damaged the population and governments involved.

Thus, this dissertation shall analyze which factors lead to the success of the policies of liberalization of international trade in environmental services and how international trade agreements can help or hinder the achievement of these objectives.

Key words: International Trade. General Agreement on Trade in Services – GATS. Environmental Services. Environmental Protection.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Comunidades Europeias
CETA	Acordo Econômico e Comercial Abrangente (<i>Comprehensive Economic and Trade Agreement</i>)
CIADI/ICSID	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos/ <i>International Centre for Settlement of Investment Disputes</i>
CPC	Classificação Central de Produtos (<i>Central Product Classification</i>)
CSI/ITUC	Confederação Sindical Internacional/ <i>International Trade Union Confederation</i>
CSI	Coalizão das Indústrias de Serviços (<i>Coalition of Services Industries</i>)
EGA	Acordo sobre Bens Ambientais (<i>Environmental Goods Agreement</i>)
EPP	Produto ambientalmente preferível (<i>environmentally preferable product</i>)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (<i>General Agreement on Trade in Services</i>)
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>)
GSC	Coalizão Global de Serviços (<i>Global Services Coalition</i>)
ICTSD	Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentável (<i>International Centre for Trade and Sustainable Development</i>)
LDCs	Países menos desenvolvidos (<i>least developed countries</i>)

OCDE/OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico/ <i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OIE/IOE	Organização Internacional dos Empregadores/ <i>International Organization of Employers</i>
OIT/ILO	Organização Internacional do Trabalho/ <i>International Labour Organization</i>
OMC/WTO	Organização Mundial do Comércio/ <i>World Trade Organization</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PDs	Países desenvolvidos
PEDs	Países em desenvolvimento
PNUMA/UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ <i>United Nations Environment Programme</i>
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement)
TBI/BIT	Tratado bilateral de investimento/ <i>bilateral investment treaty</i>
TiSA	Acordo sobre o Comércio de Serviços (<i>Trade in Services Agreement</i>)
TRIMs	Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (<i>Agreement on Trade-Related Investments Measures</i>)
TRIPs	Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>)
TTIP	Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (<i>Transatlantic Trade and Investment Partnership</i>)
TPP	Parceria Transpacífico (<i>Trans-Pacific Partnership</i>)
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>)
W/120	Lista de Classificação Setorial de Serviços

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------	-----------

BLOCO 01

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E TENDÊNCIAS ATUAIS SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL

1. COMÉRCIO INTERNACIONAL E MULTILATERALISMO	06
2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE	13
3. ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO, MEGA-ACORDOS E ACORDOS PLURILATERAIS	19
3.1. Outras mudanças no comércio internacional	21
3.1.1. Cadeias Globais e Regionais de Valor	21
3.1.2. “Servicificação”	22
3.2. Novos acordos e sistema multilateral	24
4. ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS (GATS)	30
4.1. Considerações sobre o preâmbulo	31
4.2. Obrigações e disciplinas gerais	34
4.3. Compromissos específicos	36
4.4. Rodada Doha	38
5. ACORDO SOBRE BENS AMBIENTAIS (EGA)	40
6. ACORDO SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS (TISA)	42
7. PARCERIA TRANSPACÍFICO (TPP)	44
8. PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO (TTIP)	46
9. PARCERIA ECONÔMICA ABRANGENTE REGIONAL (RCEP)	48
10. ACORDO ECONÔMICO E COMERCIAL GLOBAL (CETA)	50

BLOCO 02

DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

11. SERVIÇOS AMBIENTAIS E SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS: DESAMBIGUAÇÃO	53
---	-----------

12. SERVIÇOS AMBIENTAIS	57
12.1. Sinergia entre bens e serviços ambientais	57
12.2. Serviços ambientais, serviços ambientalmente preferíveis e serviços públicos essenciais	59
12.3. Empregos verdes	64
13. SERVIÇOS AMBIENTAIS EM ACORDOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO	68
13.1. Classificações	68
13.1.1. Classificação Central de Produtos (CPC – Central Product Classification)	68
13.1.2. Lista de Classificação Setorial de Serviços (W/120)	72
13.1.3. Outras classificações	73

BLOCO 03

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

14. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS	77
14.1. Análise das peculiaridades do comércio de serviços ambientais	80
14.1.1. Conflito de interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento	80
14.1.2. Relação com fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais	82
14.1.3. Serviços ambientais e investimentos estrangeiros diretos	83
14.1.4. Surgimento de novos serviços ambientais e dificuldades de classificação	83
14.1.5. Heterogeneidade do setor	83
15. LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS	85
15.1. Considerações terminológicas sobre liberalização, privatização, regulação e desregulação	85
15.2. Liberalização, privatização e desregulação	89
16. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PELO SETOR PRIVADO NO BRASIL	92

17. FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	94
17.1. Considerações gerais	95
17.2. Casos práticos	98
17.2.1. Buenos Aires, Argentina	99
17.2.2. Cochabamba, Bolívia	100
17.2.3. La Paz, Bolívia	101
17.2.4. Atlanta, Estados Unidos	102
17.3. Condições para a abertura do setor de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto	102
 CONCLUSÃO	 107
 BIBLIOGRAFIA	 112
I. LIVROS	112
II. ARTIGOS	120
III. DOCUMENTOS	120
IV. PÁGINAS NA INTERNET	121

INTRODUÇÃO

Com a elaboração de cálculos mais precisos sobre o impacto dos serviços na economia mundial, a crescente interdependência entre bens e serviços e a maior internacionalização da cadeia produtiva, o setor de serviços passou a receber uma maior atenção nas negociações comerciais.

O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), parte do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC), é apontado como um dos principais marcos dessa tendência, sendo o primeiro acordo a disciplinar a matéria em âmbito multilateral.

No entanto, os avanços das negociações na OMC estão ocorrendo de forma muito mais lenta do que a planejada, sendo este um dos motivos pelos quais outros grandes acordos comerciais estão sendo negociados.

As últimas décadas foram marcadas pela crescente conscientização da importância da preservação do meio ambiente, bem como da necessidade de universalização de serviços essenciais, dentre eles, os de saneamento básico.

Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que estabelecem importantes metas sobre meio ambiente e desenvolvimento, e o Acordo de Paris celebrado em 2015, que prevê medidas de redução de emissão de carbono para o combate ao aquecimento global, podem ser citados como dois dos inúmeros exemplos de acordos e declarações internacionais sobre o tema.

Por outro lado, além dos graves problemas ambientais gerais (aquecimento global, poluição atmosférica, contaminação da água, perda da biodiversidade etc.), os últimos anos foram marcados por dois dos maiores desastres ambientais da história.

Em 2010, após explosão na plataforma Deepwater Horizon, da empresa inglesa British Petroleum, houve o vazamento de cerca de 5 milhões de barris de petróleo no Golfo do México, que se espalharam por mais de 1500 km no litoral norte americano. Somente após 87 dias do acidente é que finalmente o vazamento foi estancado, mas os prejuízos para a biodiversidade local são inestimáveis.

Em 2015, por sua vez, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, utilizada para armazenar os rejeitos provenientes da extração do minério de ferro das diversas minas da região. Após destruírem o subdistrito de Bento Rodrigues, localizado no município de Mariana, estes rejeitos escorreram pelo vale do Rio Doce até o Oceano Atlântico.

Além da morte de ao menos 18 pessoas, o trágico acidente foi marcado pela perda da rica biodiversidade do Vale do Rio Doce, cuja recuperação se mostra altamente improvável. Não bastasse isso, muitos perderam seus imóveis e suas fontes de subsistência (principalmente proveniente da pesca, da agricultura e da criação de animais), passando a depender de indenização paga pela Samarco, empresa responsável pelo acidente.

Diante deste cenário, o comércio internacional pode tanto contribuir com a preservação do meio ambiente, quanto agravar os problemas encontrados, a depender de sua estrutura, do comportamento dos agentes envolvidos e das regras nacionais e internacionais existentes.

Por um lado, as indústrias são as grandes responsáveis pelos problemas ambientais existentes (aquecimento global, contaminação das águas e dos solos etc.), seja diretamente durante a produção dos bens ou prestação dos serviços, seja indiretamente pelo fornecimento de um produto causador destes problemas (ex.: ao vender um veículo que emite muitos poluentes).

Nos dois casos apresentados, as graves falhas cometidas pelas empresas responsáveis e a ausência de uma resposta rápida e satisfatória foram fatores fundamentais para a ocorrência desses desastres.

Por outro lado, o comércio também pode estimular práticas ambientalmente conscientes, seja adotando medidas menos nocivas ao meio ambiente na fase de produção do bem ou prestação do serviço (ex.: tratamento da água utilizada em lavanderias antes de seu despejo final), seja no fornecimento de um produto que cause menor impacto ambiental (ex.: fornecimento de embalagens biodegradáveis).

Uma das questões mais sensíveis sobre a relação entre comércio internacional e meio ambiente envolve a análise da conveniência da liberalização

do comércio de serviços ambientais com a fixação de compromissos específicos em acordos internacionais de comércio.

Este setor abrange coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, remediação de áreas contaminadas, medição e controle da emissão de poluentes etc.

Quando adequadamente prestados, estes serviços exercem um papel fundamental na proteção do meio ambiente e na promoção de direitos humanos básicos. A coleta e tratamento de esgoto, por exemplo, contribui na prevenção de inúmeras doenças, além de evitar a contaminação da água e dos solos.

Nas duas tragédias mencionadas, os serviços ambientais são importantes instrumentos para minimizar os impactos sociais e ambientais negativos, podendo ser mencionados os serviços de contenção da mancha de petróleo no oceano, no caso do vazamento no Golfo do México, e os serviços de descontaminação e remoção da lama tóxica, no caso de Mariana.

Por outro lado, até mesmo em razão de sua importância, a liberalização dos serviços ambientais deve ser feita com alguma cautela. Basta considerar que uma abertura mal planejada do setor pode dificultar a universalização de alguns serviços essenciais, caso do saneamento básico, e que a execução inadequada do serviço, como a destinação inadequada de resíduos hospitalares, por exemplo, também pode trazer riscos à saúde da população. Quando celebrados compromissos específicos no setor, os desafios ganham uma nova camada de complexidade.

Tendo em vista as questões acima apresentadas, a análise do comércio internacional de serviços ambientais será dividida em três blocos.

No primeiro bloco, serão apresentadas algumas questões gerais introdutórias sobre o comércio internacional com um breve histórico sobre a origem da OMC e da inserção da questão ambiental nas negociações comerciais, uma análise das tendências atuais, uma apresentação sobre algumas características fundamentais do GATS, além de considerações gerais sobre os principais acordos comerciais em negociação que envolvem de alguma forma o comércio de serviços ambientais (EGA, TiSA, TPP, TTIP, RCEP e CETA).

No segundo bloco, serão apresentadas as diversas definições de serviços ambientais e de conceitos relacionados. Dependendo do contexto, a expressão “serviços ambientais” pode ter significados muito distintos, motivo pelo qual será feita uma desambiguação do termo, evitando-se possíveis interpretações equivocadas sobre o escopo da presente dissertação. Há também conceitos relacionados aos serviços ambientais (indústria ambiental, produtos ambientalmente preferíveis e empregos verdes), merecendo ainda destaque a íntima relação entre bens e serviços ambientais, não sendo raros os estudos que optam por analisar as duas questões em conjunto.

No terceiro bloco, com base na contextualização apresentada no primeiro e nos conceitos apresentados no segundo, será feita uma análise específica do comércio internacional de serviços ambientais. Além de considerações gerais, também será apresentado um panorama específico sobre a atuação das empresas privadas em alguns dos setores mais sensíveis (fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação adequada de resíduos). Em razão da particularidade do tema, também foi dedicado um capítulo específico ao fornecimento de água.

Na conclusão, serão apresentadas algumas das principais questões apreciadas nestes três blocos, analisando-se a conveniência da liberalização dos serviços ambientais e da celebração de compromissos específicos sobre a matéria.

CONCLUSÃO

O comércio internacional de serviços ambientais vem sofrendo profundas alterações nas últimas décadas.

Inicialmente o setor envolvia basicamente o fornecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto e a coleta de lixo urbano, sendo que, quase sempre, estes serviços eram prestados pelas municipalidades.

Com o passar dos anos, houve um crescente reconhecimento da importância do setor. O desenvolvimento de novas tecnologias e uma maior conscientização ambiental permitiram a criação de novos serviços e o aprimoramento de outros.

No setor de gestão de resíduos sólidos, por exemplo, houve uma crescente atuação das empresas de reciclagem e o lixo restante, que antes era jogado em grandes lixões a céu aberto, passou a receber um tratamento mais adequado com o surgimento de usinas de compostagem, aterros sanitários e incineração (que pode ser menos lesiva ao meio ambiente e à saúde pública, caso realizada adequadamente).

O setor de serviços não relacionados à infraestrutura também cresceu muito, sendo a maioria deles prestada por empresas privadas, apesar de a demanda depender em grande parte da adoção de políticas públicas.

Ao contrário do que ocorre na maioria dos outros setores, o crescimento da prestação de serviços ambientais gera basicamente externalidades positivas (melhora da qualidade da água, da terra, do ar e dos solos; redução de ruídos; redução de gastos no setor de saúde pública etc.), além de, em muitos casos, ajudar na redução dos custos de produção e ser lucrativa para os seus prestadores.

Percebe-se, portanto, que há muitos fatores que justificam a busca pela maior ampliação possível desses serviços, tendo em vista as diversas vantagens encontradas.

Por outro lado, a mera abertura dos mercados e a fixação de compromissos específicos não garante que os benefícios almejados serão alcançados.

Os países devem ter a cautela de criar uma estrutura regulatória prévia que estimule uma concorrência saudável entre as empresas, combatendo eventuais abusos de poder econômico e permitindo o crescimento de pequenas e médias empresas.

Além disso, muitos serviços ambientais constituem serviços essenciais. Embora seja possível a atuação do setor privado para a prestação de serviços essenciais, o que já é aceito de forma praticamente pacífica no Brasil, os governos também devem considerar formas de garantir sua universalização com a expansão de sua prestação e a fixação de valores acessíveis para a população mais necessitada.

Apesar de muitas críticas que podem ser levantadas, o sistema multilateral da OMC e, mais especificamente o GATS, permite que seus membros realizem uma abertura gradual de seus mercados, efetuando os ajustes necessários e fixando eventuais condicionantes para atuação do setor privado. Ainda assim, deve-se ter cautela quando da abertura dos mercados, uma vez que a fixação de imposições e restrições após o estabelecimento de compromissos específicos é algo muito mais complexo.

Se esses fatores já são importantes no âmbito multilateral, maior atenção deve ser dada quando da participação nos acordos que se encontram atualmente em negociação.

Apesar da falta de transparência nas negociações, alguns esforços recentes da União Europeia e o "vazamento" de alguns documentos restritos, nos ajudam a visualizar o panorama geral sobre o tema.

A maioria desses acordos (TTIP, TPP, CETA etc.) provavelmente irá adotar um sistema de listas negativas ou híbridas (em parte positivas e em parte negativas) e irá apresentar disposições específicas sobre o comércio de bens e serviços ambientais.

Mesmo quando considerados os reveses atuais nas negociações (eleição de Donald Trump para os EUA, plebiscito sobre o Brexit e crescimento das políticas protecionistas em geral), tendo em vista a importância econômica dos países envolvidos e a abrangência dos temas discutidos, justifica-se um acompanhamento

mais cuidadoso das negociações, que poderão alterar a própria estrutura do comércio internacional de serviços ambientais.

Outro fator relevante envolve a classificação de determinados bens e serviços como bens e serviços ambientais.

Nesse cenário, surge a questão sobre qual seria a melhor interpretação para a previsão da Declaração da Rodada Doha que destaca a importância da redução ou eliminação de barreiras ao comércio de bens e serviços ambientais, uma vez que não há um conceito destes termos.

Como visto, há uma crescente conscientização da importância dos serviços para a economia mundial e a distinção entre o comércio de bens e de serviços torna-se cada vez mais tênue ou, até mesmo, artificial, fenômeno chamado por alguns especialistas como “servicificação”. Estas tendências são claras em diversas áreas, incluindo a de bens e serviços ambientais.

Seguindo a classificação do GATS, podemos concluir que os serviços ambientais são interpretados como aqueles que, por si mesmos, apresentam características ambientais positivas. Coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, gerenciamento de resíduos etc. são serviços que, quando adequadamente prestados, geram externalidades positivas, independentemente de outras questões. Abrange principalmente serviços de infraestrutura (ex.: saneamento básico), mas já indicava o crescente papel dos serviços não relacionados à infraestrutura ao prever uma categoria residual (D. Outros Serviços), a qual é interpretada como incluindo os serviços de limpeza de gases, controle de ruídos, proteção da natureza e da paisagem e outros serviços, previstos na CPC prov.

Para que seja possível a prestação da maioria destes serviços, é necessária a utilização de diversos bens (ambientais ou não), bem como de outros serviços (ambientais ou não).

Nesse sentido, a prestação de serviços de saneamento básico, por exemplo, demanda, dentre outros elementos essenciais, a construção de uma estação de tratamento de esgoto, atividade que abrange diversas espécies de serviços (engenharia, consultoria, etc.). Demanda também uma grande quantidade de bens (material de construção em geral, tubulações, filtros, produtos químicos etc.), os

quais muitas vezes não são enquadrados como bens ambientais, pois podem ser utilizados em diversas outras áreas.

Por outro lado, o comércio de bens ambientais também inclui cada vez mais a prestação de certos serviços. A venda de painéis solares, de turbinas para usinas eólicas, de filtros etc. frequentemente se encontra associada a serviços de instalação, manutenção, orientação técnica etc., os quais muitas vezes não se enquadram nas hipóteses tradicionais de serviços ambientais.

Se, como visto, a abertura do mercado de serviços ambientais “tradicionais” apresenta uma série de dificuldades, a liberalização do comércio de bens indispensáveis para a prestação destes serviços é algo relativamente mais simples e seus possíveis efeitos benéficos diretos são significativos (aumento da competitividade, redução de custos para a prestação dos serviços, emprego de novas tecnologias, etc.).

É claro que continuarão existindo questões a serem consideradas, tais como o impacto desta abertura para a indústria local e a importância da fiscalização para garantir a qualidade do bem produzido, mas, de qualquer forma, são fatores mais simples do que a busca do difícil equilíbrio entre liberalização e universalização de alguns serviços ambientais essenciais (em especial, os de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos)

Da mesma forma, também é possível analisar a importância da liberalização dos serviços essenciais para o comércio de bens ambientais

Nesse sentido, a liberalização de bens ambientais mostra-se, via de regra, mais simples, mas, para que seja mais efetiva, demanda a liberalização de determinados serviços diretamente relacionados a estes bens.

Apesar de não serem intrinsecamente ambientais, tais serviços, quando prestados com esta finalidade específica de promover o comércio de bens ambientais, desempenham um inegável papel ambiental positivo.

Além disso, por abranger apenas uma parte pequena daquele setor (basta comparar a relação entre o setor de construção de estações de tratamento de esgoto e o de construção civil como um todo para se ter uma ideia desta diferença)

e, em muitos casos, trazer consigo riscos muito menores quando da abertura dos mercados (ex.: permitir que empresas estrangeiras instalem filtros em estações de tratamento de água e esgoto é algo mais simples e que traz menos riscos do que a liberalização dos serviços ambientais de coleta e tratamento de esgoto), a probabilidade de se chegar a um consenso entre as partes negociantes é muito maior.

Por tais razões, entendemos que, sob o ponto de vista ambiental, poderia ser interessante uma interpretação ampliativa do termo bens e serviços ambientais, para incluir não apenas os bens e serviços tradicionalmente enquadrados como tal, mas também os bens e serviços indispensáveis para seu comércio.

Vale acrescentar que esta interpretação é possível no âmbito do GATS, uma vez que a classificação (W/120) não é obrigatória, sendo possível a fixação de outros critérios, desde que fiquem claramente delimitados os compromissos assumidos.

Considerando-se o impasse nas negociações multilaterais, essa perspectiva também poderia ser aproveitada nas negociações em curso para a celebração dos dois grandes acordos plurilaterais relevantes sobre a matéria (Acordo de Bens Ambientais – EGA e Acordo sobre o Comércio de Serviços – TiSA).

BIBLIOGRAFIA

I. LIVROS

- ACHARYA, Rohini *et al.* "Landscape" In CHAUFFOUR, Jean-Pierre and MAUR, Jean-Christophe (ed.) *Preferential Trade Agreement Policies for Development: A Handbook*. Washington, D.C.: The World Bank, 2011.
- ALAM, Shawkat; MUKHOPADHAYA, Pundarik; RANDLE, David. *The General Agreement on Trade in Services (GATS), Water and Human Rights from the Perspective of Developing Countries*. in.: Netherlands International Law Review, 58, pp. 43 - 75.
- ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. *Direito de Saneamento: introdução à lei de diretrizes nacionais de saneamento básico (lei federal n. 11.445/2007)* 2ª ed. Campinas/SP: Millenium Editora, 2011.
- ALVAREZ, María Victoria. *Evolución del Debate Comercio-Medio Ambiente en la Organización Mundial del Comercio*. Buenos Aires: Cátedra OMC FLACSO Argentina, 2012. Disponível em <http://catedraomc.flacso.org.ar/catalogo/files/11_FLA_OMC_Debate.pdf> Acessado em 08/11/16
- ALVES, Alaôr Caffé. *Saneamento Básico – concessões, permissões e convênios públicos*. Bauru/SP: EDIPRO, 1998.
- AMARAL JUNIOR, Alberto do. *Comércio Internacional e Proteção do Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2011.
- _____. *Introdução ao Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. (Coord.). *OMC e o comércio internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.) *Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais*. 2ª ed. Aduaneiras, 2006.
- BACCINI, Leonardo e DÜR, Andreas. *The New Regionalism and Policy Interdependence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BAPTISTA, Luiz Olavo, CELLI JUNIOR, Umberto e YANOVICH, Alan (Org.). *10 Anos de OMC: uma análise do sistema de controvérsias e perspectivas*. São Paulo: Aduaneiras, 2007.
- BALDWIN, Richard. *Multilateralising 21st Century Regionalism*. Paris: OECD, 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/tad/events/OECD-gft-2014-multilateralising-21st-century-regionalism-baldwin-paper.pdf>> Acessado em: 26/03/15
- _____. *21st Century Regionalism: Filling the gaps between 21st century trade rules* (Staff working paper ERSD-2011-8). Disponível em:

<https://www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd201108_e.pdf> Acessado em: 26/03/15

- _____. e LOW, Patrick (Ed.). *Multilateralizing Regionalism: Challenges for the global trading system*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.
- _____. *O Brasil e a OMC*. 2ed. revista e atualizada. Curitiba: Juruá, 2002.
- BEURIER, Jean-Pierre e KISS, Alexandre. *Droit International de l'Environnement*. 2e edition. Paris: Pedone, 2000.
- BELANGER, Michel. *Le droit international de la santé*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- BHAGWATI, Jagdish. *Terminals in the Trading System: how preferential trade agreements undermine free trade*. New York: Oxford University Press, 2008.
- BOYLE, Alan; ANDERSON, Michael (org.). *Human rights approaches to environmental protection*. Oxford, Inglaterra : Oxford University Press, 1998.
- BRAGA, Antônio Sérgio e MIRANDA, Luiz Camargo de (org.). *Comércio e Meio Ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: MMA/SDS, 2002.
- BUCHER, Hanna et al. *Trade in Environmental Goods and Services: opportunities and challenges*. Geneva: International Trade Center Technical Paper, 2014. Disponível em: <<http://www.intracen.org/publication/Trade-in-environmental-goods-and-services-Opportunities-and-challenges/>> Acessado em: 02/09/16.
- CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas. *Direito, Globalização e Humanidade: o jurídico reduzido ao econômico*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.
- CARVALHO, Evandro Menezes de. *Organização Mundial do Comércio: cultura jurídica, tradução e interpretação*. Curitiba: Juruá, 2006.
- CASTELLANO, Elisabete Gabriela; ROSSI, Alexandre; CRESTANA, Silvio (Ed.). *Princípios Gerais do Direito Ambiental, Vol. I*. Brasília/DF: Embrapa, 2014.
- CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. *Water and Sanitation Services: public policy and management*. Londres: Earthscan, 2009.
- CELLI JR., Umberto. *Comércio de Serviços na OMC: liberalização, condições e desafios*. Curitiba: Juruá, 2009.
- _____. (coord.). *Comércio de serviços na OMC*. Curitiba: Juruá, 2005.
- _____. *Elementos intrínsecos no Acordo sobre Comércio de Serviços ("GATS") da OMC: Breves notas para reflexão*, in: Revista de Direito e Política, vol. VII. São Paulo: Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, outubro de 2005.

- _____. *Regras de concorrência no direito internacional moderno*. Porto Alegre : LAEL, 1999.
- _____. *Os Acordos de Serviços (GATS) e de Investimentos (TRIMS) na OMC: espaços para políticas de desenvolvimento*. São Paulo, 2006. Disponível em <<http://www.usp.br/prolam/downloads/gats.pdf>> Acessado em 08/11/16
- _____. *Condições para as negociações do acordo sobre o comércio de serviços ("GATS") na Organização Mundial do Comércio ("OMC")*, in: Revista da Faculdade de Direito - USP, São Paulo/SP/Brasil, v.101, p.467-478, jan-dez/2006.
- _____. *As negociações na Rodada Doha: what's next? As negociações sobre o comércio de serviços: apresentação realizada no Seminário do IBRAC, de 18 e 19 de agosto de 2006, no Guarujá*. ago/2006. 8p.
- _____. *Políticas de liberalização do comércio de serviços ("GATS") com regulação redistributiva: um bolero de Ravel?*, in: Revista do Ibrac, São Paulo/SP/Brasil, v.16, n.2, p.47-78, 2009.
- _____. *Princípios da união internacional de telecomunicações (UIT) e do acordo sobre comércio de serviços (GATS) da OMC*, in: Revista da Faculdade de Direito - USP, São Paulo/SP/Brasil, v.100, jan-dez/2005. Seção: Direito Internacional, p.261-285.
- _____ e SAYEG, Fernanda Manzano (orgs.). *Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento*. São Paulo: Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento, 2008.
- COTTIER, Thomas e PINHAO, Donah Sharon Baracol. *WTO Negotiations on Environmental Goods and Services: A Potential Contribution on the Millennium Development Goals*. New York and Geneva: United Nations Publication, 2009. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ditcted20084_en.pdf> Acessado em: 16/08/14.
- CRETELLA NETO, José. *Direito Internacional do Meio Ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DAILLIER, Patrick; DICH, Nguyen; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*, 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- DEMOLINER, Karine Silva. *Água e Saneamento Básico: regimes jurídicos e marcos regulatórios no ordenamento brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.
- DERWENT, Henry. *What Has Climate to Fear from Trade?*. Genebra: ICTSD e World Economic Forum, 2015. Disponível em <<http://e15initiative.org/publications/what-has-climate-to-fear-from-trade/>> Acessado em 08/11/16
- DEVIN, Mario R. (Ed.). *Environmental and Related Services: US and global markets*. Nova York: Nova Science Publishers, 2013.

- DURLAUF, Steve N.; BLUME, Lawrence E. *The New Palgrave Dictionary of Economics* Second Edition Vol. 7. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- FERRIER, Grant. *An Examination of Trade in Environmentally Preferable Goods and Services in the NAFTA Region*. São Diego: Environmental Business International, Inc., 2004
- FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *Curso de Direito Ambiental*, 6ª Ed. São Paulo: RT, 2013.
- GAGNÉ, Gilbert. *The Trade and Culture Debate: evidence from US trade agreements*. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2016.
- GEORGE, Clive. *Developments in Regional Trade Agreements and the Environment*. OECD, 2013. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/trade/developments-in-regional-trade-agreements-and-the-environment_5k43m4nxwm25-en> Acessado em 08/11/16
- GOMES, Eduardo Biacchi e REIS, Tarcisio Hardman. *A Integração Regional no Direito Internacional: o futuro do Mercosul e da União Europeia*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.
- GROSSO, Massimo Geloso. *Managing Request-Offer Negotiations under the GATS: the case of environmental services*. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/276102368237>>, Acesso em: 08/11/16
- _____. *Regulatory Principles for Environmental Services and the GATS, ICTSD Trade in Services and Sustainable Development Series*. Geneva: ICTSD - International Centre for Trade and Sustainable Development, 2007. Disponível em <http://ictsd.org/downloads/2008/06/ip_6_mmassimo_dec07.pdf> Acesso em 10/08/13
- HUNTER, David, SALZMAN, James e ZAELKE, Durwood. *International Environmental Law and Policy*. New York: Foundation Press, 1998.
- ICTSD. *Services and Sustainable Development: a conceptual approach*. Genebra: ICTSD, 2016. Disponível em <<http://www.ictsd.org/themes/development-and-ldcs/research/services-and-sustainable-development-a-conceptual-approach>> Acesso em 08/11/16
- JANK, Marcos S. e THORSTENSEN, Vera. *O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional*, São Paulo: Aduaneiras, 2005.
- JO, Hee Moon. *O Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços (GATS) E O Turismo Sustentável*, In. *Revista de Direito Mercantil - Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, ano 42, v.132, p.77-86, out-dez/2003.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *O Direito das Agências Reguladoras Independentes*. São Paulo: Dialética, 2000.
- KIRKPATRICK, Colin. *Trade in Environmental Services: Assessing the Implications for Developing Countries in the GATS, ICTSD Trade and Environment Series*

- Issue Paper No. 3*. Genebra: ICTSD, 2006. Disponível em http://ictsd.org/downloads/2010/02/env-services_kirkpatrick.pdf Acessado em 08/11/16
- KRAJEWSKY, Markus. *National Regulation and Trade Liberalization in Services: the legal impact of the General Agreement on Trade in Services (GATS) on national regulatory autonomy*. Londres, Kluwer Law International, 2003.
- LENDO, Enrique. *Defining Environmental Goods and Services: a case study of Mexico*, ICTSD Trade and Environment Series Issue Paper No. 1. Genebra: CEC e ICTSD, 2005
- LOW, Patrick. *Rethinking Services in a Changing World*. Genebra: ICTSD e World Economic Forum, 2016. Disponível em: <http://e15initiative.org/publications/rethinking-services-changing-world/> Acessado em 08/11/16
- _____. *Hard Law and 'Soft Law': options for fostering international cooperation*. Genebra: ICTSD e World Trade Forum, 2015. Disponível em: <http://e15initiative.org/publications/hard-law-and-soft-law-options-for-fostering-international-cooperation/> Acessado em 08/11/16
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*, 17ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MARKS, Karin Krempf Franco. *Tecnologia e Desenvolvimento – Análise do fluxo de tecnologia para países emergentes vis-à-vis a proteção à propriedade intelectual e a liberalização do comércio*, in: FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de (coord.). *Revista de Direito e Política*, vol. XI. São Paulo: Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, outubro de 2006.
- MATSUSHITA, Mitsuo, SHOENBAUM Thomas J. e MAVROIDIS, Petros C. *The World Trade Organization: law, practice, and policy*. New York: Oxford University Press, 2003.
- MATTOO, Aaditya. *Services Trade and Regulatory Cooperation*. Genebra: ICTSD e World Economic Forum, 2015. Disponível em: <http://e15initiative.org/publications/services-trade-and-regulatory-cooperation/> Acesso em 08/11/16
- MAVROIDIS, Petros C. *Reaching Out for Green Policies: national environmental policies in the WTO legal order*. Florença: European University Institute, 2014. Disponível em http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/29925/RSCAS_2014_21.pdf Acesso em 08/11/16
- MORAND-DEVILLER, Jacqueline. *Le Droit de L'Environnement*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª Ed. Coimbra: Almedina, 2008.

- MORGAN, Bronwen. *Water on Tap: rights and regulation in the transnational governance of urban water services*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MUÇOUÇA, Paulo Sérgio. *Empregos Verdes no Brasil: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos*. Brasília: OIT, 2009.
- MULLER, Mike; BELLMANN, Christophe. *Trade and Water: how might trade policy contribute to sustainable water management?* Genebra: ICTSD, 2016.
- NAREDO, José Manuel. *Sobre el Origen, el Uso y el Contenido del Término Sostenible*, 1997. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a004.html>> Acesso em 08/11/16.
- NASSER, Rabih Ali. *A OMC e os Países em Desenvolvimento*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.
- NATIONAL BOARD OF TRADE (KOMMERSKOLLEGIUM). *Servicification of Swedish Manufacturing*. Estocolmo: Kommerskollegium, 2010. Disponível em: <<http://www.kommers.se/Documents/dokumentarkiv/publikationer/2010/skriftserien/report-2010-1-servicification-of-swedish-manufacturing.pdf>> Acesso em: 10/11/16
- _____. *Global Value Chains and Services: an introduction*. Estocolmo: Kommerskollegium, 2013. Disponível em: <<http://www.kommers.se/Documents/dokumentarkiv/publikationer/2013/rapporter/report-global-value-chains-and-services-an-introduction.pdf>> Acesso em: 10/11/16
- _____. *Making Green Trade Happen: environmental goods and indispensable services*. Estocolmo: Kommerskollegium, 2014. Disponível em: <http://www.kommers.se/Documents/dokumentarkiv/publikationer/2014/Making-Green-Trade-Happen_webb.pdf> Acesso em: 10/11/16
- NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. *Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil: elementos para uma regulamentação ambientalmente íntegra e socialmente justa*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011
- OECD. *The Global Environmental Goods and Services Industry*. Paris: OECD, 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/ind/2090577.pdf>> Acesso em: 08/11/16
- PUBLIC CITIZEN. *Water Privatization Fiascos: broken promises and social turmoil*. Washington: Public Citizen, 2003
- RENTZHOG, Magnus e ANÉR, Emilie. *The New Services Era – Is GATS up to the Task?*. Genebra: ICTSD e World Economic Forum, 2014. Disponível em: <<http://e15initiative.org/publications/the-new-services-era-is-gats-up-to-the-task/>> Acesso em 08/11/16
- RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. 3rd edition (1821). Kitchener: Batoche Books, 2001

- SACERDOTI, Giorgio. *A Transformação do GATT na Organização Mundial do Comércio*. In: CASELLA, Paulo Borba e MERCADANTE, Araminta de Azevedo (coord.) *Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio?: a OMC e o Brasil*. São Paulo, LTr, 1998, p. 50/69.
- SALVIO, Gabriella Giovanna Lucarelli de; CAVINATTO, João Paulo Muntada; KILIMNICK, Milene R. *Liberalização do mercado de comércio de serviços da China*. In: FURLAN, Fernando de Magalhães. *Brasil-China: comércio, direito e economia*. São Paulo/SP/Brasil: Lex Editora, 2005. p.47/66.
- SANER, Raymond e FILADORO, Mario. *Greening WTO Agreements to Stop Climate Change. CSEND Policy Brief Nº 11*. Genebra: Centre for Socio-Economic Development, 2013. Disponível em: <https://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/csend_greening_wto_agreements_brief.pdf> Acesso em: 08/11/16
- SAUVÉ, Pierre. *To Fuse or Not to Fuse? Assessing the Case for Convergent Disciplines on Goods and Services Trade*. Genebra: ICTSD e World Trade Forum, 2015. Disponível em: <<http://e15initiative.org/publications/to-fuse-or-not-to-fuse-assessing-the-case-for-convergent-disciplines-on-goods-and-services-trade/>> Acesso em 08/11/16
- SAYEG, Fernanda Manzano. *Compromissos em serviços na Organização Mundial do Comércio: uma análise da estrutura da lista de compromissos e da metodologia utilizada para a inscrição de compromissos à luz do preâmbulo e do artigo XIX do GATS e suas principais consequências para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-09062011-142208/pt-br.php>> Acesso em 08/11/16
- SAWHNEY, Aparna. *Building Supply Capacity for Environmental Services in Asia: the role of domestic and trade policies. ICTSD Trade and Environment Series Issue Paper No. 5*. Geneva, International Centre for Trade and Sustainable Development, 2007. Disponível em <<http://ictsd.org/downloads/2010/02/building-supply-capacity-for-environmental-services-in-asia.pdf>> Acesso em 08/11/16
- SHAW, Timothy M., GRANT, J. Andrew and CORNELISSEN, Scarlett (ed.). *The Ashgate Research Companion to Regionalisms*. Farnham: Ashgate, 2011.
- SHIVA, Vandana. *Guerra por Água: privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical Livros, 2002.
- SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito Internacional do Meio Ambiente. Emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001.
- STEENBLIK, Ronald, DROUET, Dominique e STUBBS, George. *Synergies Between Trade in Environmental Services and Trade in Environmental Goods. OECD Trade and Environment Working Paper Nº 2005-01*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/trade/envtrade/35161237.pdf>> Acesso em: 08/11/16.

- STEENBLIK, Ronald e GROSSO, Massimo Geloso. *Trade in Services Related to Climate Change: an exploratory analysis. OECD Trade and Environment Working Papers 2011/03*. OECD Publishing, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5kgc5wtd9rzw-en>> Acesso em: 08/11/16.
- SUGATHAN, Mahesh. *Mutual Recognition Agreement on Conformity Assessment: a deliverable on non-tariff measures for the EGA?* Genebra: ICTSD, 2016.
- TEJEIRO, Guillermo e STANTON, Marcia. *Sistemas Estaduais de Pagamento por Serviços Ambientais: diagnósticos, lições aprendidas e desafios para a futura legislação*. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014.
- THORSTENSEN, Vera. *OMC – Organização Mundial do Comércio: As Regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. São Paulo: Aduaneiras, 2 ed., 2001.
- _____ et al. *A Multiplicação dos Acordos Preferenciais de Comércio e o Isolamento do Brasil*. IEDI, 2013.
- _____ et. al. *The Missing Link between the WTO and the IMF*. In.: *Journal of International Economic Law* 16. Oxford University Press, 2013.
- _____ ; OLIVEIRA, Luciana Maria de. (Coord.). *Releitura dos Acordos da OMC: como interpretados pelo Órgão de Apelação*. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2013.
- TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). *Comércio internacional e tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- UNITED NATIONS. *The Millennium Development Goals Report 2014*. New York: United Nations, 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf>> Acesso em: 16/01/15
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *Report of the Expert Meeting on Definitions and Dimensions of Environmental Goods and Services in Trade and Development* (TD/B/COM.1/59). Genebra: UNCTAD, 2003. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/c1em21d3_en.pdf>, Acesso em: 08/11/16
- UNEP – United Nations Environment Programme et al.: *Green jobs: Towards decent work in a sustainable, low-carbon world*. UNEP: Nairobi, 2008. Disponível em: <http://www.unep.org/PDF/UNEPGreenjobs_report08.pdf> Acesso em 08/11/16
- VICTOR, David G., RAUSTIALA, Kal e SKOLNIKOFF, Eugene B. (ed.). *The implementation and effectiveness of International Environmental Commitments: theory and practice*. Cambridge, Massachusetts and London, England: The MIT Press, 1998.
- VOSSENAAR, Rene. *Identifying Products with Climate and Development Benefits for an Environmental Goods Agreement*. Genebra: ICTSD, 2014. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/themes/climate-and-energy/research/identifying>>

products-with-climate-and-development-benefits-for-an> Acesso em: 08/11/16

WAGLÉ, Swarnim; RAMANI, K.V.; QUTUB, Syed Ayub. *International Trade in Environmental and Energy Services and Human Development: Contributing to Well-being, Growth and Access for All*. Colombo: UNDP, 2005. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/rbap/docs/Research%20&%20Publication/s/poverty/RBAP-PR-2005-Intl-Trade-Environmental-Services.pdf>> Acesso em: 08/11/16

WORLD TRADE ORGANIZATION. *World Trade Report 2011 – The WTO and preferential trade agreements: from co-existence to coherence*. Genebra: WTO, 2011.

ZHAO, Quan. *Services in Global Value Chains: solar panel manufacturing in China*. Genebra e Hong Kong: International Trade Center e Fung Global Institute, 2015. Disponível em: <<http://www.intracen.org/publication/Services-in-Global-Value-Chains-Solar-Panel-Manufacturing-in-China/>> Acesso em: 02/09/16

II. ARTIGOS

BERMINGHAM, Finbarr. As Trump kills TPP, Asia turns to RCEP. GTR – Global Trade Review, 16/11/16. Disponível em: <<http://www.gtreview.com/news/asia/asia-turns-to-rcep-as-trump-victory-kills-tpp/>>, acesso em: 03/01/17

CHATTERJEE, Pratap. Bechtel's Water Wars. Disponível em: <<http://www.corpwatch.org/article.php?id=6670>>, acesso em: 06/01/17

DAMURI, Yose Rizal. Integração regional no Leste asiático: desafios e perspectivas da RCEP. Pontes, vol. 10, n. 7, 25/09/14. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news>>, acesso em: 03/01/17

FERRAZ, Octávio Luiz Motta. A consulta britânica pela saída da UE é referendo ou plebiscito? Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1784653-a-consulta-britanica-pela-saida-da-ue-e-referendo-ou-plebiscito.shtml>>, acesso em 16/11/16

NINIO, Marcelo. EUA deixarão parceria do Pacífico no 1º dia de governo, diz Trump. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 nov. 2016. Caderno Mundo, p. A10

SUÁREZ, Josefa. Cinco Serviços Públicos Privatizados na Argentina Voltam para as Mãos do Estado. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>, acesso em: 06/01/17

III. DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Documentos disponíveis em: <<https://docs.wto.org>>, acessados, pela última vez em 09/01/17.

General Agreement on Tariffs and Trade - 1944 (GATT)

General Agreement on Trade in Services (GATS)

S/CSS/W/38, Communication from the European Communities and their member states - GATS 2000: Environmental Services, de 22 de Dezembro de 2000

S/CSC/W/25, Communication from the European Communities and their member states - Classification Issues in the Environmental Sector, de 28 de Setembro de 1999

S/CSS/W/76, Communication from Switzerland - GATS 2000: Environmental Services, de 04 de Maio de 2001

S/C/W/320. Background Note on Environmental Services: Note by the Secretariat, de 20 de Agosto de 2010

WT/MIN(01)/DEC/1 Ministerial Declaration, de 20 de Novembro de 2001

IV. PÁGINAS NA INTERNET

Administração Geral de Serviços dos Estados Unidos: <<http://www.gsa.gov>>

Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto <<http://abconsindcon.com.br>>

Associação Brasileira de Biogás e Biometano: <<http://www.abiogas.org.br>>

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza: <<http://www.abrelpe.org.br>>

Banco Mundial: <<http://www.worldbank.org>>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: <<http://www.bndes.gov.br>>

Coalização das Indústrias de Serviços: <<https://servicescoalition.org>>

Comissão Europeia: <<http://ec.europa.eu/>>

Departamento de Comércio e Relações Exteriores da Austrália: <<http://dfat.gov.au>>

Environment Analyst: <<https://environment-analyst.com>>

Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos: <<https://ustr.gov>>

Fundação Getúlio Vargas: <<http://portal.fgv.br>>

Fundo Monetário Internacional: <<http://www.imf.org>>

Ministério de Relações Exteriores do Japão: <<http://www.mofa.go.jp>>

Organização Mundial do Comércio: <<http://www.wto.org>>